

DIGITAL DO EX-PRESIDENTE

PF investiga relato de Cid sobre atuação de Bolsonaro na elaboração de decreto golpista

REYNALDO TURGOLLO JR., MARIANA MUNIZ E EDUARDO GONÇALVES

A Polícia Federal investiga o relato do ex-ajudante de ordens da Presidência Mauro Cid de que Jair Bolsonaro atuou diretamente na discussão da elaboração de um decreto golpista para impedir a troca de governo após as eleições de 2022. Segundo depoimento do tenente-coronel, o ex-presidente pediu alteração em uma minuta de documento que determinava a prisão de autoridades e a realização de nova votação no país. O militar fechou um acordo de delação premiada com a PF, homologado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Os fatos narrados estão sendo checados pelos investigadores. A defesa de Bolsonaro disse que não vai comentar, porque não teve acesso ao material.



Proximidade. Bolsonaro e Mauro Cid durante a campanha eleitoral de 2022: ex-ajudante de ordens era um dos homens de confiança do ex-presidente

Segundo três pessoas com acesso ao depoimento, Cid disse à PF que Bolsonaro recebeu de Filipe Martins, ex-assessor da Presidência, uma minuta de decreto golpista que citava interferências do Poder Judiciário no Executivo para justificar a convocação de novas eleições e a prisão de autoridades. Segundo Cid, Bolsonaro teria pedido para mudar o texto, mantendo a determinação de novas eleições, mas solicitando a prisão apenas do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

PRISÃO DE MORAES
Após ler a minuta, de acordo com Cid, Bolsonaro pediu para alterar a estrutura do texto, mantendo a convocação de novas eleições e apenas a prisão de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As demais autoridades relacionadas no decreto foram excluídas. A investigação suspeita que Martins tenha apresentado o texto a Bolsonaro em uma reunião no Palácio da Alvorada, fora da agenda oficial, em dezembro de 2022. A defesa do ex-assessor disse que não vai se pronunciar, pois não teve acesso ao depoimento.

O ex-ajudante de ordens afirmou aos investigadores que só soube da existência do rascunho do documento quando Martins lhe apresentou uma versão impressa e em formato digital para que fossem feitas as mudanças pedi-

das pelo ex-presidente.

O próprio Martins, segundo o relato de Cid à PF, retornou dias depois com uma nova versão do texto com a alteração solicitada por Bolsonaro. Ainda de acordo com o ex-ajudante de ordens, o ex-presidente concordou com a mudança feita na minuta e mandou chamar os comandantes das Forças Armadas para discutir a medida antidemocrática. Procurado, o advogado de Cid disse que desconhece a informação.

Como revelou a colunista do GLOBO Bela Megale, no encontro entre Bolsonaro e os chefes das Forças Armadas, o almirante Almir Garnier Santos, então comandante da Marinha, teria dito ao ex-presidente que seus homens estavam prontos para aderir a um chamamento. Já o então responsável pelo Exército, general Freire Gomes, afirmou que não embarcaria em um eventual plano golpista. Garnier não foi localizado. A Marinha reiterou em nota que "eventuais atos e opiniões individuais não representam o posicionamento oficial da Força".

O ex-ajudante de ordens disse à PF, de acordo com os relatos feitos ao GLOBO, que a ideia não foi colocada em prática devido à falta de apoio tanto do general quanto do comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior. Na delação, Cid disse tam-

TRAMAS ANTIDEMOCRÁTICAS

O QUE DISSE MAURO CID NA DELAÇÃO



Bolsonaro pede ajustes em minuta
O ex-ajudante de ordens afirmou que Bolsonaro recebeu de Filipe Martins, ex-assessor da Presidência, uma minuta de decreto golpista que citava interferências do Poder Judiciário no Executivo para justificar a convocação de novas eleições e a prisão de autoridades. Segundo Cid, Bolsonaro teria pedido para mudar o texto, mantendo a determinação de novas eleições, mas solicitando a prisão apenas do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.



Esboço de decreto é levado à reunião com as Forças Armadas
Quando Martins voltou com a nova versão, afirmou Cid, Bolsonaro mandou chamar os comandantes das Forças Armadas para discutir a medida antidemocrática. Foi nesse encontro, conforme, revelou a colunista do GLOBO Bela Megale, que o então comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, teria dito ao ex-presidente que os seus homens estavam prontos para aderir a um chamamento. Já o então comandante do Exército, general Freire Gomes, disse que não embarcaria numa trama golpista.



OUTROS INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO DE BOLSONARO EM ATOS GOLPISTAS



Reunião com hacker
De acordo com o hacker Walter Delgatti, em 10 de agosto do ano passado, numa reunião com o ex-presidente no Palácio da Alvorada, Bolsonaro teria perguntado a ele se havia alguma forma de desacreditar as urnas eletrônicas. O hacker disse que, na ocasião, o ex-mandatário lhe prometeu um indulto caso houvesse algum problema com a Justiça.



Grampo em Alexandre de Moraes
Em 8 de dezembro, Bolsonaro se reuniu no Alvorada com o senador Marcos do Val e com o ex-deputado Daniel Silveira. Na ocasião, Do Val disse que foi discutido um plano de grampar o ministro Alexandre de Moraes na tentativa de conseguir informações que pudessem invalidar as eleições. A defesa do ex-presidente confirma a reunião, mas nega qualquer plano.



bém que Bolsonaro realizou várias reuniões com generais fora da agenda oficial depois do segundo turno das eleições. Segundo ele, o ex-mandatário não queria que seus apoiadores deixassem os acampamentos em frente aos quartéis porque acreditava que encontraria provas de fraude nas urnas

eletrônicas — o que nunca ocorreu — e precisava manter o apoio popular para contestar o processo eleitoral. A delação premiada de Cid é considerada um ponto de partida das investigações da PF, que tenta avançar em outros elementos que corroborem as informações repassadas pelo

ex-ajudante de ordens. Uma dessas provas, obtida pela CPI dos Ataques Golpistas, é um e-mail do tenente-coronel com decisões do TSE do STF "em desfavor" do ex-presidente. O documento foi digitalizado e recebido pelo militar em 6 de novembro de 2022, uma semana após a vitó-

ria de Lula. No fim daquele mês, Cid enviou para si mesmo no WhatsApp uma minuta golpista fazendo referências a "decisões inconstitucionais do STF". A PF apura se há alguma relação desse material com o texto apresentado por Martins. Para a relatora da CPI, senadora Eliziane Gama (PSD-MA), as novas revelações são "gravíssimas". A comissão avalia pedir o indiciamento de Bolsonaro. O texto encontrado pela PF no celular de Cid aponta, sem fundamento, que "decisões ilegítimas e inconstitucionais" do STF põem "em evidência a necessidade de restauração da segurança jurídica e da defesa às liberdades em nosso país". Ainda de acordo com a minuta, isso justificaria a decretação de um "Estado de Sítio" para "restaurar" o Estado Democrático de Direito.

ELÓ COM ACAMPAMENTOS

A PF também analisa áudios e mensagens de Cid e aliados de Bolsonaro que, segundo os investigadores, reforçam a suspeita de que havia um plano de golpe de Estado. Nesse material, há menções sobre a possibilidade de intervenção militar e a prisão de Moraes.

De acordo com as mensagens, a trama golpista envolvia contornar a resistência do comandante do Exército em contestar o resultado das eleições e convencer o Comando de Operações Especiais de Goiânia, formado pela tropa de elite da caserna, a tomar alguma medida para evitar a troca de governo.

As mensagens descobertas pela PF no celular de Cid foram determinantes para que ele fechasse um acordo de delação premiada após quatro meses preso por se envolver em uma suposta fraude de cartões de vacinação de familiares e de Bolsonaro.

A PF também investiga, com base no depoimento de Cid, se o general da reserva Walter Braga Netto, ex-ministro da Defesa e candidato a vice de Bolsonaro em 2022, atuou como elo entre o ex-presidente e integrantes dos acampamentos montados em frente aos quartéis do Exército que pediam intervenção militar após a vitória de Lula. Procurado, Braga Netto afirmou que desconhece o teor da delação e não pode se manifestar sobre o processo sigiloso.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política Pagina: 4